

BOLETIM INFORMATIVO

01 de abril a
30 de junho de 2025

Núcleo Especializado de
**Cidadania e
Direitos Humanos**



Boletim nº 29



O Informativo do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Defensoria Pública de São Paulo (DPESP) apresenta as principais atividades desenvolvidas no período.

EDITORIAL:

Acordo firmado com o Estado de São Paulo no âmbito da Suspensão de Liminar 1696/SP no Supremo Tribunal Federal - Câmeras Corporais

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) atua no enfrentamento da violência policial, prestando atendimento a vítimas e acompanhando políticas públicas para ampliar o controle e a transparência das ações das forças de segurança. Em razão do aumento das mortes por intervenção policial na Baixada Santista, especialmente durante a Operação Escudo, a Defensoria Pública de São Paulo e a organização Conectas ingressaram com uma ação civil pública em 2023 para exigir maior controle e transparência nas operações policiais, incluindo o uso obrigatório de câmeras corporais. Embora a Justiça paulista tenha inicialmente concedido a obrigatoriedade do uso das câmeras, a decisão foi suspensa pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, levando o NCDH e parceiros a recorrerem ao Supremo Tribunal Federal (STF). O STF negou o pedido de reestabelecimento da liminar, mas reconheceu a legitimidade da Defensoria para atuar nesses casos e destacou a importância da política de câmeras corporais.

Com a continuidade das operações policiais e o aumento da letalidade, novos pedidos foram apresentados ao STF, que, apesar de negar a reconsideração, determinou o acompanhamento do caso pelo Núcleo de Processos Estruturais e Complexos (NUPEC). O Estado de São Paulo, por sua vez, contratou a Motorola Solutions para implementar um novo modelo de câmeras corporais e apresentou as fases de implementação ao processo.

Em dezembro de 2024, diante de nova escalada de violência, o STF deferiu pedido da Defensoria, determinando o uso obrigatório de câmeras em operações policiais, a divulgação de informações sobre o programa de câmeras, a recomposição do número de equipamentos, a manutenção do modelo de gravação ininterrupta e a prestação de informações sobre processos disciplinares. Após recursos e novas manifestações, o caso foi encaminhado para conciliação no Núcleo de Solução Consensual de Conflitos (NUSOL) do STF. Três audiências resultaram em um acordo. As principais cláusulas do acordo são:



- 1. *Ampliação do número de câmeras:* o Estado de São Paulo celebrará termo aditivo ao contrato firmado com a Motorola para aumento do número de câmeras corporais (COPs) em 25%, alcançando o total de 15.000 (quinze mil).
- 2. *Prioridade de Batalhões com maiores índices de letalidade policial:* a alocação será realizada na ordem de 80% (oitenta por cento) do número total de COPS, conforme a matriz de risco de letalidade policial, apresentada para cobrir todas as unidades de alta e média prioridade integralmente. Assim, todos os Batalhão de Ações Especiais de Polícia (BAEPs) passarão a ser equipados com a nova tecnologia.
- 3. *Obrigatoriedade de uso das câmeras corporais em operações policiais:* o uso obrigatório das COPs se aplica, desde que realizadas em regiões em que haja disponibilidade dos equipamentos (i) às operações policiais militares de grande envergadura para restauração da ordem pública, conforme definição do Ofício GABSEC nº 175/2024; (ii) às operações que incluam incursões em comunidades vulneráveis para restaurar a ordem pública; e (iii) às operações deflagradas para responder a ataques praticados contra policiais militares. Caso seja preciso deslocar tropas para realização dessas operações, serão alocados preferencialmente policiais militares que portem COPS e, em caso de não atendimento desta regra, a motivação deve indicar razões técnicas, operacionais e/ou administrativas.
- 4. *Gravação Remota Automática nas operações policiais e quando há acionamento do COPOM:* o acionamento remoto automático das COPs via COPOM, em todos os despachos por este realizados, e nas hipóteses de obrigatoriedade das operações policiais de grande envergadura e em comunidades vulneráveis.
- 5. *Acionamento automático via Bluetooth:* o acionamento automático por proximidade das COPs via Bluetooth, com alcance aproximado de 10 metros, acompanhando-se a movimentação da ocorrência;
- 6. *Acionamento automático em caso de desativação manual:* reativação automática da câmera caso, durante o atendimento da ocorrência despachada, o policial interrompa manualmente a gravação. Nesse caso, a câmera será reativada em até 1 minuto, assegurando que as imagens não sejam perdidas devido ao pré-buffer de 90 segundos.
- 7. *Aperfeiçoamento do sistema disciplinar e educativo:* o Estado de São Paulo deverá desenvolver Programa de Capacitação sobre o uso adequado das câmeras e estruturação e o funcionamento de um sistema disciplinar robusto e efetivo dentro do escopo da Lei Complementar Estadual nº 893/2001 (Regulamento Disciplinar da Polícia Militar). Além disso, deverá ser garantido que os protocolos de responsabilização e formação de policiais estejam alinhados às diretrizes da política de câmeras corporais e ao respeito aos direitos fundamentais.



- 8. *Revisão de vídeos aleatória*: atualização dos procedimentos de revisão aleatória dos vídeos ao novo modelo de utilização das COPS, estabelecendo número mínimo de vídeos que devem ser revistos pelos superiores competentes de cada batalhão para detectar padrões de uso inadequado, falhas de acionamento e desconformidade operacionais.
- 9. *Transparência*: publicação no portal da Secretaria da Segurança Pública, junto aos dados do Programa Muralha Paulista, as informações de interesse público sobre o uso de câmeras corporais portáteis e manter atualizadas, no portal da Secretaria da Segurança Pública, junto aos dados do Programa Muralha Paulista, as informações referentes sobre quais batalhões estão equipados com câmeras corporais e o quantitativo de COPs por batalhão;
- 10. *Construção de Indicadores de Monitoramento da Política Pública*: Desenvolver, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da homologação do acordo, indicadores para monitorar e avaliar a efetividade das novas COPS, em diálogo com a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado de São Paulo. Entre os indicadores, o Estado deverá apresentar dados sobre gravações realizadas com (i) suposta obstrução da câmera; (ii) desvio proposital; ou (iii) outro uso das COPS em desacordo com as normas aplicáveis. As informações da auditoria constarão em relatório com periodicidade a ser definida, a ser divulgado pelo Estado de São Paulo, discriminando as inconsistências identificadas.
- 11. *Acesso da Defensoria Pública às imagens*: formalização do acesso da Defensoria Pública às imagens de câmeras corporais de forma extrajudicial.

As demais cláusulas do acordo podem ser acessadas no documento. A partir de agora, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos incidirá diretamente da construção dos indicadores de avaliação da política pública de câmeras corporais e dos mecanismos de monitoramento.

Destacamos, finalmente, que o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos continuará a acompanhar a política de câmeras corporais e fiscalizar o cumprimento integral do acordo e, conforme determinado na decisão de homologação, em caso de controvérsias que não possam ser solucionadas por meio de autocomposição, o juízo de origem terá competência para dirimir controvérsias, podendo remeter a questão à Presidência do Supremo Tribunal Federal, que permanecerá exercendo jurisdição para essa finalidade.

SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.696 SÃO PAULO

REGISTRADO	: MINISTRO PRESIDENTE
REQTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
REQDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
BENEF.(A/S)	: ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

[Acesse o documento aqui](#)



VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

10.04.25 - Justiça Federal determina que o Estado de São Paulo apresente plano para criação do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura após Ação Civil Pública do NCDH, NESC, NEIJ e MPF



A Justiça Federal determinou, em decisão proferida no dia 10 de abril de 2025, que o Estado de São Paulo apresente, no prazo de 180 dias, um plano de trabalho para criar e implementar o Comitê (CEPCT) e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (MEPCT).

A decisão foi tomada pela 8ª Vara Cível Federal de São Paulo, após Ação Civil Pública (ACP) proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPE/SP) em face da União e do Estado de São Paulo.

Na presente ACP, MPF e DPE/SP sustentam, a partir de dados fornecidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Secretaria da Administração Penitenciária estadual, que o Estado de São Paulo falha sistematicamente na proteção dos direitos de pessoas em situação de privação de liberdade.



Prisão: Justiça manda SP criar comitê contra tortura - 10/04/2025 - Cotidiano - Folha

Prazo é de 180 dias após fim do processo, mas governo Tarcísio diz que liminar de Órgão Especial mantém medida suspensa

folha.com.br | Abr 10

Atuaram como *Amicus Curiae*: Associação Direitos Humanos em Rede; Associação de Famílias e Amigos de Presos e Presas e Internos da Fundação Casa; Grupo Tortura Nunca Mais; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; Instituto de Defesa do Direito de Defesa; Instituto Resgata Cidadão; a Instituto Terra, Trabalho e Cidadania ITTC; SAAC - Associação de Acompanhamento; Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio; e o Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo

16.04.25 - Reunião com Ministra de Direitos Humanos, Macaé Evaristo e Ouvidoria Geral da Defensoria para tratar da violência policial contra ambulantes



No dia 16 de abril de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, representada pelas defensoras Fernanda Balera e Andrea Haddad - coordenadora do Rede Apoia - juntamente com a Ouvidoria Geral da Defensoria, recebeu a Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo.

Na oportunidade, foi realizada uma reunião na qual teve como principal pauta a temática da violência policial contra os vendedores ambulantes.

21.05.25 - Participação no seminário “Violência de Estado e atuação da Defensoria Pública”, no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP). Ciclo de Seminários Temáticos sobre violência policial na contemporaneidade



No dia 21 de maio de 2025, foi realizado o quarto encontro de 2025 do Ciclo de Seminários Temáticos “Violência Policial na Contemporaneidade”, uma iniciativa do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). Nesta edição, o seminário teve como tema central a atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) na prevenção e reparação da violência de Estado, destacando os desafios e estratégias adotadas no atendimento às vítimas e na responsabilização dos agentes envolvidos em práticas abusivas.

Compuseram a mesa as defensoras públicas Fernanda Balera, coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da DPESP, e Andrea Castilho Barreto, coordenadora auxiliar do mesmo núcleo e integrante do Projeto Rede Apoia. A mediação e os debates contaram com: Veridiana Cordeiro, professora do departamento de Sociologia FFLCH/USP e pesquisadora (NEV/USP), Bruna Ferrari, pós-doutoranda e pesquisadora (NEV/USP) e Bruno Paes Manso, jornalista e pesquisador (NEV/USP).

Assista na íntegra a participação das defensoras

21/05/2025 - 14h00 | Violência de Estado e a Atuação da Defensoria Pública de ...

21 MAI
QUARTA | 14H30

Transmissão online
nevspvideos

Ciclo de Seminários Temáticos
Violência Policial na Contemporaneidade
Organização:
Veridiana Cordeiro e Bruna Ferrari (NEV/USP)

Debateadores

- Veridiana Cordeiro (NEV/USP)
- Bruna Ferrari (NEV/USP)
- Bruno Paes Manso (NEV/USP)

Convidadas

- Fernanda Balera**
Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP)
- Andrea Castilho Barreto**
Defensora Pública, Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da DPESP, membro do Projeto Rede Apoia

NEV/USP
Prédio do Centro de Difusão Internacional (CDI), 3º andar, Bloco A
Endereço: R. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 319
Cidade Universitária - São Paulo/SP

fflch NEV

Divulgação de evento
Maio de 2025



26.05.25 - Oficina da cartilha de abordagem policial para professores da EMEF Duque de Caxias no Glicério que lidam diariamente com essa temática.



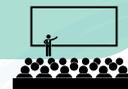
O NCDH, em conjunto com NUPIR e NEIJ, realizou uma oficina temática sobre abordagem e violência policial na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Duque de Caxias, no Glicério, no dia 26 de maio de 2025.

Guiando-se, sobretudo, pela necessidade de promover e incentivar a constante e efetiva participação da sociedade civil na divulgação e no aperfeiçoamento nas questões inerentes aos Direitos Humanos, o evento contou com a presença e a participação de professores da rede pública de ensino da região central de São Paulo que enfrentam a violência institucional praticada contra crianças e adolescentes do território.

Considerando o compromisso com a troca de informações e a difusão de conhecimento, houve, ainda, a distribuição das cartilhas “Abordagem Policial: o que você precisa saber e como agir”, elaborada pelo NECDH.



28.05.25 - Interlive: Intercambiantes SP: “Violência e (In)segurança Pública no Estado de São Paulo”



No dia 28 de maio de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) participou do evento "Interlive - Violência e (In)segurança Pública no Estado de São Paulo".



Interlive - Violência e insegurança pública no estado de São Paulo

Na ocasião, a Defensora Pública Surrailly Youssef apresentou o funcionamento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, abordando também as atribuições específicas do NCDH. Durante sua fala, destacou a importância da Defensoria na garantia dos direitos da população em situação de vulnerabilidade, especialmente no contexto de operações policiais em comunidades periféricas e de ações voltadas a grupos como a população em situação de rua, entre outros movimentos sociais.



26.05.25 - A luta por justiça dos familiares de Emerson Rogério Telascrea, morto por policiais na Operação Verão

Na manhã de 14 de fevereiro de 2024, câmeras corporais dos policiais filmaram um momento em que Emerson Rogério Telascrea, ao ser abordado na comunidade do bairro Saboó, pronunciou a frase "Desculpa, senhor." Essa fala foi dita por Emerson antes de ser interrompido pelos tiros de fuzil disparados pelos policiais, que o atingiram.

A matéria destaca o pedido de desarquivamento formulado pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos à Procuradoria Geral de Justiça em favor dos familiares das vítimas.



Acesse a notícia

02.06.25 - Movimentos lançam campanha pelo fim da Operação Delegada em São Paulo



Acesse a notícia

No dia 02 de junho de 2025, 62 organizações e 12 mandatos parlamentares lançaram uma campanha pelo fim da Operação Delegada em São Paulo, programa que permite que policiais militares atuem armados e fardados no combate ao comércio ambulante, mesmo em seus dias de folga. A mobilização surgiu após a morte do ambulante senegalês Ngagne Mbaye, assassinado por um PM durante a operação no Brás, e da execução de Edineide Rodrigues, outra comerciante da região. O NCDH apresentou os primeiros resultados de atendimento realizado na região do Brás com trabalhadores/as ambulantes.



04.06.25 - Roda de conversa sobre a cartilha "Abordagem Policial: o que você precisa saber e como agir" com estudantes da EMEF - Duque de Caxias



No dia 04 de junho de 2025, os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), Infância e Juventude (Neij) e Promoção da Igualdade Racial e Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir), com a participação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Compir) fizeram uma roda de conversa sobre cartilha "Abordagem Policial: o Que Você Precisa Saber e Como Agir" para 90 alunos de 9º ano da Emef Duque de Caxias, no centro da capital.

Decisão sobre a preservação de imagens das câmeras do Smart Sampa na Cracolândia

Em 13 de junho de 2025, a 7ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo concedeu liminar para determinar que o município de São Paulo preserve as imagens captadas por

todas as câmeras de vigilância urbana localizadas no entorno da Cracolândia no período entre os dias 1º e 14 de maio de 2025.

A ação proposta pela Promotoria de Justiça da Saúde da Capital, em parceria com o NCDH e NEIJ, busca esclarecer o desaparecimento repentino de pessoas usuária de drogas que frequentam o território estigmatizado da Cracolândia, bem como as ações e condições que culminaram na dispersão do fluxo nas imediações da Rua dos Protestantes e esquina com a Rua dos Gusmões no período citado.



12. 23 e 30.06.25 - Participação no Curso de Formação de servidores da Ouvidoria de Política sobre Combate e Prevenção da Tortura.

O curso de Formação de servidores da Ouvidoria de Política sobre Combate e Prevenção da Tortura, organizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP contou, em duas semanas, com a participação de defensoras do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Fernanda Balera e Surraily Youssef. O NCDH discutiu as principais normativas nacionais e internacionais de prevenção e combate à tortura, bem como as estratégias de acolhimento das vítimas e medidas de reparação.



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

11.04.25 - Itinerante no Centro de Acolhida para Adultos Boraceia - Barra Funda

Em 11/04/2025, em conjunto com o Atendimento Especializado à População em Situação de Rua, o NCDH promoveu atendimento itinerante no Núcleo de Convivência Boraceia, na Barra Funda, zona Oeste da capital. O núcleo de convivência possui como público-alvo adultos em situação de rua de ambos os sexos e atende diariamente cerca de 450 pessoas.

Foram atendidas 95 pessoas, com predominância das demandas para regularização de documentos e de natureza criminal. Participaram da atividade defensores/as e agentes do CAM da Divisão de Atendimento Especializado à População em Situação de Rua e do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH).



22/04/2025 - Suporte unidade de Itapeçerica da Serra. Visita ao centro de acolhida para pessoas em situação de rua



No dia 22 de abril de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos representado pela defensora Surraily Fernandes Youssef, realizou uma visita a unidade de Itapeçerica da Serra, acompanhada do CAM do município e da defensora Nina Campello.

Na oportunidade, foi realizada visita in loco ao centro de acolhida para pessoas em situação de rua vinculado à Prefeitura.

12.05 a 16.05.24 - Mutirão POP Jud - Sé - Semana 12 a 16 de maio

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo participou da sexta edição do mutirão Pop Rua Jud Sampa, em parceria com o Tribunal Federal da 3ª Região (TRF-3), que ocorreu entre os dias 12 e 16/05/2025.

O mutirão, realizado na Praça da Sé, prestou orientação jurídica à população em situação de rua em diversas áreas, como criminal, família e contratos bancários. Ao total de cinco dias de mutirão, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo distribuiu 826 senhas para atendimentos, tendo sido realizado 651 atendimentos jurídicos, conforme registra planilha abaixo:



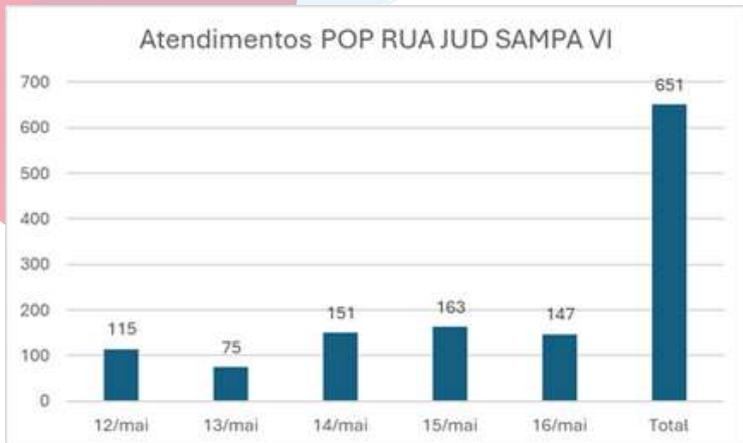


Gráfico 1: Atendimentos Jurídicos- Fonte: DPE/SP

Em relação ao perfil das pessoas atendidas durante o mutirão, as tabelas abaixo indicam que 63% possui entre 31 e 49 anos, 80% são negras (pretas e pardas), 82% são homens e 44,2% encontram-se em situação de calçada e 35,6% possuem vaga fixa em serviço de acolhimento. O dado ressalta a insuficiência dos serviços públicos da assistência social e moradia destinados a atender essa população de forma transitória ou permanente. Destaca-se, ainda, que 29% da amostra das pessoas atendidas se encontram em situação de rua há mais de 5 (cinco) anos.

23.05.25 - Itinerante - Núcleo São Martinho

No dia 23 de maio de 2025, a Defensoria Pública realizou atendimento itinerante no Núcleo de Convivência São Martinho Lima, no bairro do Belenzinho, em São Paulo. Ao todo, 55 (cinquenta e cinco) pessoas foram atendidas, com destaque para demandas na área criminal e pedidos de expedição de certidão de nascimento.



20/05/2025 - Atendimento Itinerante à população em situação de rua como evento da Pré-jornada POP. RUA - 8ª Jornada da Moradia Digna: Direito à cidade e justiça climática.



No dia 20 de maio de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e o Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo (NHABURB) realizaram, como parte das atividades da Pré-Jornada POP RUA, Atendimento Itinerante à população em situação de rua, realizado no Viaduto Pedroso, nº 111, Bela Vista/Centro, São Paulo. A 8ª Jornada da Moradia Digna teve como tema o “Direito à cidade e justiça climática” e reafirmou compromisso da Defensoria Pública com a defesa da moradia como um direito fundamental, por meio da criação de um espaço coletivo de escuta, troca de experiências e fortalecimento de estratégias voltadas à promoção da dignidade e da justiça social.

28.04.25 - Estação Cidadania - Roda de conversa aborda a temática de extinção da multa penal e direitos durante a abordagem policial

No dia 28 de abril, o agente CAM e sociólogo da equipe do NCDH, Wilherson Carlos Luiz, realizou uma roda de conversa na assembleia de conviventes do Estação Cidadania, com foco na discussão sobre a aplicação e extinção da multa penal e na cartilha de orientação sobre abordagem policial, elaborada pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos.

O Estação Cidadania é um equipamento público sob gestão do Instituto Claret, supervisionado pela Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua. Funciona diariamente das 7h às 19h, na Rua Rangel Pestana, nº 215, e oferece serviços como acesso à água potável, banhos, lavanderia, alimentação, atendimento técnico especializado, atividades culturais e educativas, além de orientações e encaminhamentos para serviços públicos nas áreas de assistência social, saúde, trabalho e direitos humanos. O espaço tem como objetivo principal promover o acesso à cidadania, reduzir riscos e violações de direitos e contribuir para a superação da situação de rua.

Durante a atividade, embora o tema central fosse a multa penal e as abordagens policiais, muitos conviventes relataram também episódios de violência e abusos praticados por agentes da zeladoria urbana (rapa), o que gerou importantes reflexões sobre o cotidiano de violações enfrentado por essa população. Em resposta a essa demanda, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública retornará ao equipamento para realizar uma capacitação voltada aos técnicos do espaço, aprofundando o debate sobre esses temas.



Meio Ambiente



11.04.25 - Nota técnica se torna capítulo de livro do Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

No mês de abril, ocorreu o lançamento do livro “14 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: Instrumentos de implementação, inovação e reflexões críticas” pelo Observatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A obra contou com a contribuição de uma nota técnica sobre a incineração de resíduos sólidos escrita por membros do NCDH.

14 Anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos: instrumentos de implementação inovação e reflexões...

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigência desde agosto de 2010, representa um marco regulatório importante para a gestão de resíduos no Brasil, estabelecendo diretrizes e responsabilidades...

 abcdf.usp.br

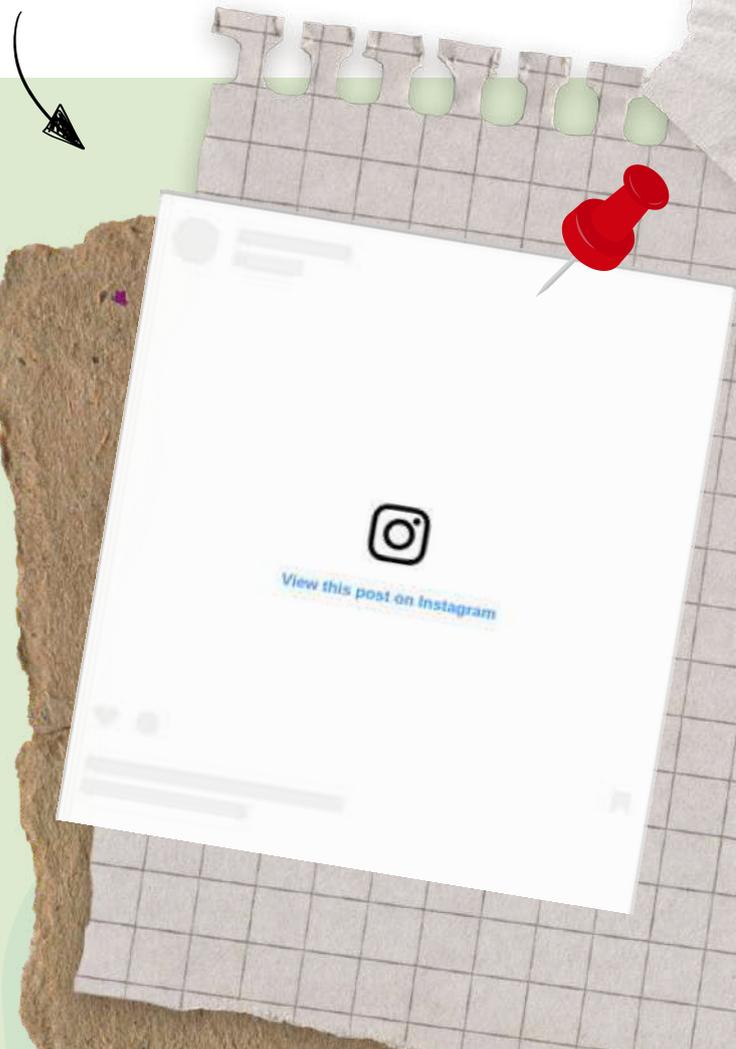
EVENTOS E REUNIÕES

15/04/2025 - "Associativismo canábico, Justiça Social e Direito à Saúde"

No dia 15/04/2025, o Grupo de Pesquisas Internacionais sobre Políticas de Drogas do NETS da PUC-SP, em parceria com a Defensoria Pública de São Paulo, realizou o evento "Associativismo canábico, Justiça Social e Direito à Saúde". Na oportunidade, foram discutidas as potencialidades do associativismo canábico e possíveis políticas de reparação. O evento contou com a participação da defensora Surrailly Fernandes Youseff e dos profissionais do Centro de Apoio Multidisciplinar (CAM) do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos Wilherson Carlos Luiz e Iara Mouradian Pedo.



Data: 15/04 Local: PUC-SP Auditório 100 A
(Prédio novo)



14.04.25 - Reunião Fórum em Defesa da Vida

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), participou do Fórum em Defesa da Vida. Na ocasião, a Defensora Pública Gabriela Galetti Pimenta abordou a atuação da instituição frente à letalidade policial e à violência institucional.

16.04.25 - Capacitação para Defensores/as, Servidores/as e Agentes de Defensoria sobre como organizar atividades de educação em direitos da Cartilha de Abordagem Policial

Em 2024, os núcleos especializados e a EDEPE realizaram uma série de oficinas com a finalidade de divulgar a cartilha “Abordagem policial: o que você precisa saber e como agir?”, com o objetivo de promover a educação em direitos nessa temática.

No dia 16 de abril de 2025, o Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, em parceria com o Núcleo de Promoção de Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Núcleo Especializado da Infância e Juventude e a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio realizaram uma capacitação interna sobre as oficinas, fornecendo suporte e subsídios aos/às Defensores/as e Agentes do CAM que atuam na ponta para a organização de atividades de educação em direitos sobre a temática da violência policial. No evento foram discutidas questões como a importância da presença da Defensoria nos territórios afetados pela violência policial e os obstáculos para uma atuação na temática de violência policial.



A capacitação está disponível no link do [Portal da EDEPE](#). Acesse o [PPT utilizado](#) na atividade.

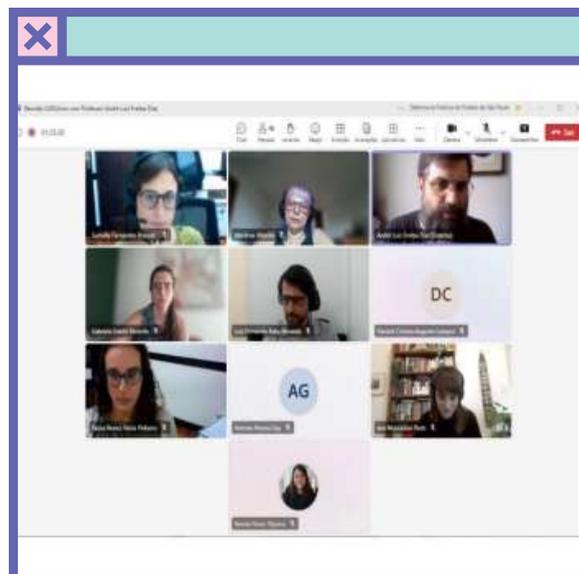


16.04.25 - Reunião sobre o Cadastro Único com o professor André Luiz Freitas do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a população em situação de rua /UFMG



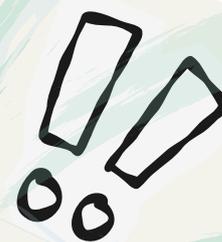
No dia 16 de abril de 2025, a equipe do NCDH participou de uma reunião para discutir os obstáculos da população em situação de rua e demais grupos vulneráveis em acessar o cadastro único e políticas públicas sociais a ele atreladas.

Entre os principais temas, foram discutidas estratégias para aumentar as taxas de atualização do CadÚnico e as possibilidades de realização de busca ativa com a população vulnerável. A reunião contou com participação de outros núcleos especializados.



16.04.25 - Reunião Relatora Especial para Liberdade de Expressão das Nações Unidas sobre Protesto e Reconhecimento Facial

No dia 16 de abril, as defensoras Surrailly Fernandes Youssef, Fernanda Penteadó Balera e Gabriela Galetti Pimenta participaram de uma Reunião com a Dra. Gina Romero, Relatora Especial para Liberdade de Expressão da Organização das Nações Unidas. Na reunião foi discutido o uso de novas tecnologias de vigilância e inteligência artificial em protestos, assim como as possibilidades de eventos sobre a temática no Brasil.





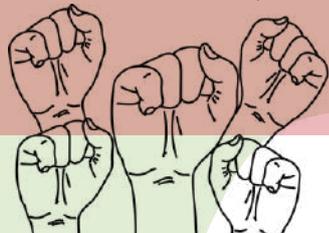
29.04.25 - SEMINÁRIO: Indígenas em Situação de Rua.

Como parte das ações do Pop Rua Indígena, projeto idealizado pelo Rede Rua que busca promover a visibilidade e a proteção da população indígena em situação de rua em São Paulo, no dia 29 de abril de 2025, a defensora e coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da DPE/SP, Fernanda Penteado Balera esteve presente no seminário “Indígenas em Situação de Rua” para debater, entre outras questões, o aparato legal dos indígenas em situação de rua, as políticas públicas de saúde e assistência social voltadas à essa população e sua relação com o território.



07/05/2025 - Projeto EnfrentAção - Pesquisa e Intervenção multiprofissional a partir da escuta de mães e familiares de vítimas da violência de Estado”

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos compareceu ao evento de lançamento do Projeto EnfrentAção - Pesquisa e Intervenção Multiprofissional a partir da escuta de mães e familiares de vítimas da violência de Estado, implementado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF - Unifesp), em parceria com o Movimento Independente Mães de Maio e com a Secretaria de Acesso à Justiça (SAJU) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O lançamento do projeto ocorreu no dia 07 de maio de 2025, no prédio da Reitoria da Unifesp, situado na Vila Clementino, em São Paulo - SP.



22.05.25 - Visita da vereadora Keit Lima (PSOL) ao NCDH



Em 22 de maio de 2025, a vereadora em exercício na Câmara Municipal de São Paulo, Keit Lima (PSOL), esteve presente no prédio da Defensoria Pública do Estado de São Paulo situado à Avenida Liberdade nº 32 para uma visita ao Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Keit Lima foi recepcionada pelas defensoras Surrailly Fernandes Youssef e Gabriela Galetti Pimenta.



28.05.25 - Reunião Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo sobre a 8ª conferência estadual de direitos humanos, juntamente com o CONDEPE



No dia 28 de maio de 2025, a coordenação do NCDH participou de uma reunião na Secretária de Justiça do Estado de São Paulo, juntamente com o CONDEPE, acerca da 8ª Conferência Estadual de Direitos Humanos.



01.04.25 - NCDH, NESC e NUPIR enviam contribuições ao Relator Especial da ONU sobre medidas de Justiça de Transição envolvendo abusos da ditadura



Os Núcleos Especializados de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) e de Situação Carcerária (NESC) e o Grupo de Pesquisa em Direito e Violência de Estado da FGV Direito SP encaminharam, ao relator especial das Nações Unidas sobre Promoção da Verdade, Justiça e Garantias de Não Reparação, Bernard Duhaime, contribuições sobre a negação e o esvaziamento de políticas de memorialização das violações de direitos humanos perpetradas na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), em especial o massacre de 1992. Duhaime esteve no Brasil para avaliar as medidas de Justiça de Transição que o país adotou diante dos crimes cometidos pela ditadura, entre 1964 e 1985.

Ademais, o Núcleo Especializado de Promoção da Igualdade Racial e de Defesa dos Povos e Comunidades Tradicionais (Nupir), a Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades

Negras do Vale do Ribeira (Eaacone) e o Instituto Caiçara da Mata Atlântica enviaram contribuições sobre a instalação de unidades de conservação em sobreposição a comunidades quilombolas e caiçaras durante a ditadura, numa lógica de conservação ambiental excludente.

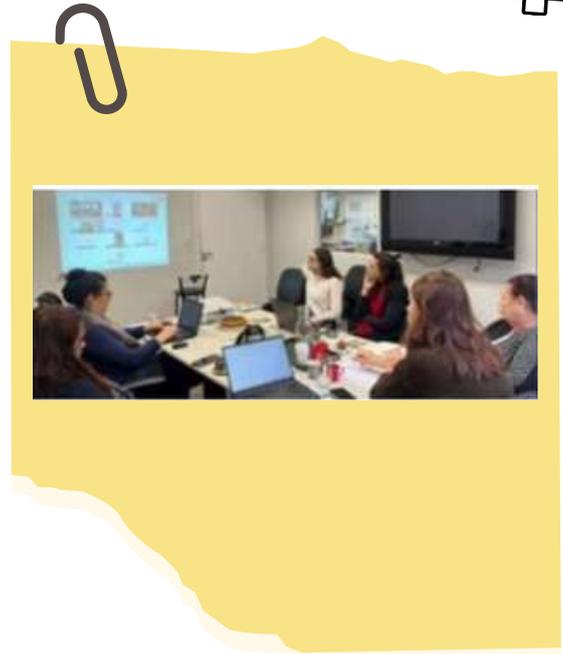
Em suas contribuições, NCDH, Nesc e Nupir destacaram a ausência de medidas de não repetição adequadas para lidar com o legado das práticas do período ditatorial mais recente, o que facilita a continuidade de suas práticas repressivas e autoritárias, mesmo após a transição formal de regime.



03.06.25 - Ouvidoria-Geral da DPE/SP se reúne com NCDH



No dia 03 de junho, o Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral recebeu as defensoras públicas Fernanda Balera e Gabriela Pimenta, coordenadoras do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). Na oportunidade, foram apresentadas as frentes de atuação do núcleo, como o enfrentamento à violência institucional, garantia dos direitos da população em situação de rua e temáticas relacionadas ao meio ambiente, como os/as catadores/as de materiais recicláveis.



11.06.25 - Reunião na Secretária de Direitos Humanos com o Comitê organizador da VIII Conferência Estadual de Direitos Humanos do CONDEPE

No dia 11 de junho, o NCDH participou de reunião na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, acompanhando o Comitê Organizador da VIII Conferência Estadual de Direitos Humanos. A Secretária Adjunta Stella Verzolla e sua equipe receberam o grupo para dialogar sobre a parceria entre a Prefeitura, as entidades sociais e a sociedade civil na organização da Conferência.



27.06.25: Atendimento itinerante PopRua realizado no Programa Reviravolta da População em situação de rua.

O Programa Reviravolta, desenvolvido pelo Centro Gaspar Garcia, promove a inclusão social de pessoas em situação de rua por meio de atividades coletivas, geração temporária de renda com reciclagem, oficinas de formação, cidadania e educação ambiental, além de acompanhamento social. Após a formação, os participantes trabalham com materiais recicláveis para criar rotinas e gerar renda. O programa também apoia a Cooperativa Coopere-Centro e articula políticas públicas voltadas a essa população.

Ao total, foram realizados 25 atendimentos. As demandas foram, em sua maioria, de natureza cível (73%) e, em menor proporção, criminal (27%). Entre as demandas cíveis, 40% estavam relacionadas à regularização de documentos pessoais.

Participaram da atividade defensoras e defensores da Divisão de Atendimento Inicial Especializado à População em Situação de Rua, além de profissionais dos Centros de Apoio Multidisciplinar (CAMs) do Atendimento Especializado à População em Situação de Rua e do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos.



27.05.25 Apresentação do Relatório Final do GTI da Cracolândia da ALESP e Câmara Municipal

O Relatório do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) sobre a região conhecida como “Cracolândia”, foi publicado pela Câmara Municipal de São Paulo e a Assembleia Legislativa na última semana de junho. O relatório foi elaborado a partir da escuta de moradores da região, usuários/as de drogas em situação de rua, organizações sociais e poder público e de reuniões com especialistas e acadêmicos. O NCDH participou de diversas reuniões do GTI e esteve presente na Câmara Municipal para apresentação do relatório.

[Acesse aqui o Relatório](#)



REDE APOIA



Rede Apóia

O Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, por meio da Política Rede Apóia, assiste juridicamente familiares das vítimas de violência letal no Estado de São Paulo. O atendimento é totalmente gratuito e tem como objetivo acolher as famílias, direcioná-las – quando necessário - aos serviços da rede pública municipal e/ou estadual, prestar assessoria jurídica em temáticas ligadas à morte do familiar e, especialmente, fazer o acompanhamento multidisciplinar dos/as atendidos/as. O atendimento pode ser requisitado por meio de formulário disponível no site da instituição:



[Acesse o formulário aqui!](#)

06.05.25 - participação em Reunião do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Bauru

No dia 6 de maio de 2025, a Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos, Andrea Castilho Nami Haddad Barreto, participou da reunião do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Bauru. Na ocasião, foi apresentada a iniciativa Rede Apóia, voltada à articulação e fortalecimento da rede de proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade.

23.05.25: Rede Apóia dá entrevista para o SPTV sobre o caso Gabriel Ferreira Messias da Silva



Jovem morto por PMs na Zona Leste não estava armado, diz Defensor

Na versão apresentada no boletim de ocorrência, os policiais afirmaram que atiraram contra o jovem para se defender.

A Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos, Andrea Haddad Barreto concedeu entrevista para a 2ª edição do SPTV para falar sobre o caso de Gabriel Ferreira Messias da Silva, morto por policiais militares em novembro de 2024. Entre os principais pontos apresentados, destaca-se a análise das câmeras corporais e a petição com pedidos de diligências probatórias no âmbito do inquério.

23.05.25 - Rede Apoia é tema de reunião com Ouvidoria da Polícia

No dia 23 de maio de 2025, a Coordenadora Auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos, Andrea Castilho Nami Haddad Barreto, participou de reunião com o Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Mauro Caseri, e sua equipe. O encontro teve como objetivo discutir fluxos de encaminhamento e parcerias institucionais no âmbito do Rede Apoia.



26, 27 e 28.07.25 - Mutirão de atendimento em Bauru

Nos dias 26, 27 e 28 de junho, a Política Rede Apoia, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH), em parceria com o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial e Defesa de Povos e Comunidades Tradicionais (NUPIR) e com a Unidade de Bauru, realizou um mutirão de atendimento no município de Bauru.

A ação teve como objetivo oferecer apoio e orientação jurídica e social a familiares

de vítimas de violência letal do Estado.

No dia 28 de junho, ocorreu também a Roda de Conversa “Violência de Estado no Município de Bauru”, uma importante atividade de educação em direitos. O evento contou com um momento de apresentação do Projeto Rede Apoia e de escuta das famílias, contribuindo para o fortalecimento da organização social dos familiares, bem como da rede de políticas públicas voltadas ao acolhimento. Além disso, o encontro possibilitou a troca de informações sobre os principais canais de apoio e denúncia dessas violências, ampliando o acesso à justiça e à proteção dos direitos humanos.



Data: 30/06/25 às 19h

**Local: Auditório Teotônio Vilela,
Assembleia Legislativa de SP, 1º andar**

Audiência Pública ALESP - Apresentação Rede Apoia

A morte do estudante de medicina e MC Marco Aurélio Cárdenas, de 22 anos, decorreu de uma intervenção da polícia militar em um hotel na Vila Mariana, em SP.

De acordo com artigo da CNN, a Secretaria de Segurança Pública diz que o caso está sendo apurado e que os policiais que estiveram na ocorrência "prestaram depoimento, foram indiciados em inquérito e permanecerão

afastados das atividades operacionais até a conclusão das apurações”.

A coordenadora auxiliar Andrea Haddad participou de audiência pública na ALESP em conjunto representações de entidades sociais e órgãos públicos que acompanham a política de segurança estadual para esclarecer sobre os atendimentos da Política Rede Apoia.



[Acesse a notícia aqui](#)



PARA VER, LER, OUVIR E VISITAR



PARA LER

O livro *Atos Humanos*, da escritora sul-coreana Han Kang, premiado com o Nobel da Literatura de 2024, revisita um episódio histórico de grande relevância para a Coreia do Sul, o massacre de Gwangju, ocorrido em 1980, e aborda temas como luto, memória, violência e política.

A história acompanha Dongho, um jovem de quinze anos, que sobrevive à repressão do exército contra um levante estudantil e tenta localizar seu melhor amigo entre as vítimas. A narrativa, que se desenrola por meio de uma sequência de capítulos, revela como as vítimas e seus entes queridos enfrentam o silenciamento e a negação desse massacre. Han Kang transforma esse evento histórico, com suas consequências devastadoras, em uma ficção poética, visceral e profundamente humana.

PARA OUVIR

Núcleo de Direitos Humanos é destaque em podcast sobre segurança pública

No episódio de 4/4/2025 do podcast *Foro de Teresina*, especialistas discutiram temas atuais da política e segurança pública. No terceiro bloco, a cientista social Samira Bueno mencionou a atuação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da DPE-SP nos casos da Operação Castelinho e da Operação Escudo, ressaltando o compromisso do núcleo na defesa dos direitos humanos frente à letalidade policial no estado de São Paulo.



PARA VER

Território em Fluxo - Episódio 03: Segurança Pública

A série documental da produtora Brasil de Fato; "Território em Fluxo" conta com 05 episódios disponibilizados no Youtube que abordam as temáticas que permeiam a região da chamada "Cracolândia" com pessoas dos mais diversos setores da sociedade.

No episódio 03, no qual se abordou a questão da segurança Pública na região, houve a participação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, por meio da entrevista da Coordenadora Fernanda Penteado Balera. Na oportunidade, a defensora relembrou a Operação "Dor e Sofrimento" de 2012, no qual foram registradas uma série de denúncias de violações de direitos humanos em relação a atuação da Polícia Militar na Cracolândia. Houve, ainda, discussão sobre a atuação do guarda civil metropolitana no território.



PARA VISITAR

Instituto Moreira Salles (IMS)

O Instituto Moreira Salles (IMS) recebe duas exposições relevantes que dialogam com temas sociais e culturais importantes. Até 22 de junho, está em cartaz Zanele Muholi: Beleza Valente, retrospectiva da fotógrafa e ativista visual sul-africana, que documenta a vida da comunidade negra LGBTQIAPN+ desde os anos 2000, reunindo suas principais séries, incluindo trabalhos inéditos produzidos no Brasil.

De 12 de abril a 31 de agosto, a exposição Luiz Braga – Arquipélago Imaginário apresenta 50 anos da carreira do fotógrafo paraense, com 258 imagens, entre elas 190 inéditas, que exploram a oralidade, as histórias populares e o cotidiano a partir da região do Marajó.



EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Fernanda Penteado Balera
Surrailly Fernandes Youssef
Cecilia Nascimento Ferreira
Gabriela Galetti Pimenta
Andrea Castilho Nami Haddad Barreto

Equipe Administrativa

Rafael Alves de Moura - oficial
Tatiane Medeiros Cruz - oficial

Defensoras/es Integrantes

Alessandra Regina Januário Cintra
Amanda Pilon Barsoumian
Angelo de Camargo Dalben
Antonio José Maffezoli Leite
Davi Quintanilha Failde de Azevedo
Fernanda Dutra Pinchiaro
Genival Torres Dantas Junior
Luciano Dal Sasso Masson
Massiminiano Fernandes Biliu
Marcelo Dayrell Vivas
Mario Thiago Moreira
Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II
Paula Albernaz Rodrigues da Cruz
Rafael Lessa Vieira de Sá
Rafael Valle Vernaschi
Raul Carvalho Nin Ferreira
Renato Campos Pinto De Vitto
Thalita Verônica Gonçalves
Vitor Ortiz Amando de Barros
Yanko Oliveira Carvalho Bruno

Centro de Atendimento Multidisciplinar

Iara Mouradian Pedo - psicóloga
Wilherson Carlos Luiz - sociólogo

Estagiárias/os de Direito

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Luana Colli Galiás Vargas
Maria Clara Jardine
Maria Luisa Yonezawa

Estagiárias de Pós-Graduação

Isabela Rangel Fraga Burgo
Isabella Castro Machado
Níria Machado de Sousa

COMISSÃO DO BOLETIM

Bianca Gusmão Rocha de Oliveira
Isabella Castro Machado
Isabela Rangel Fraga Burgo
Luana Colli Galiás Vargas
Maria Clara Jardine
Níria Machado de Sousa